

Hortense. O terrible frisson des
amours novices sur le sol sanglant et
par l'hydrogène clarteuz! Trouvez

H

o

r

t

e

n

s

e

Viva o Brasil com a Bomba H

Viva o Brasil com a Bomba H

Viva o Brasil com a Bomba H

Viva o Brasil com a Bomba H

Viva o Brasil com a Bomba H

Viva o Brasil com a Bomba H

Viva o Brasil com a Bomba H

Viva o Brasil com a Bomba H

Viva o Brasil com a Bomba H

O Brasil com a Bomba H

Brasil com a Bomba H

Com a Bomba H

A Bomba H

Bomba H

H

H

H

Enfer

Hell

Inferno

Pesquisa em Agricultura no Nordeste do Brasil

ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

1.0. *Agricultura e subdesenvolvimento*

Os maiores desníveis revelados pelo estudo comparado da organização social no mundo moderno aparecem quando são confrontados os vários aspectos técnicos, econômicos, social e político da agricultura. É este também o modo como se pode mais facilmente, determinar, sem controvérsia, uma situação de subdesenvolvimento.

Não se trata apenas de sutil revivescência fisiocrática. (1) Trata-se antes de verificação concreta: a de que é tão fácil para uma economia atrasada incorporar em curto tempo ao seu setor urbano — indústria, serviços — as formas de produção mais avançadas quanto é penosa e lenta qualquer modificação significativa no modo da sua agricultura.

Já se constitui, com efeito, prática antológica a de incluir entre os indicadores mais expressivos do estado do desenvolvimento o uso que se faz, no setor primário da economia, dos fa-

(*) Trecho, algo modificado, da introdução ao relatório econômico da *Pesquisa sobre o Setor Agrícola no Nordeste* (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1969), decorrente de convênio celebrado com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

(1) João Gonçalves de Souza, "Aspects of Land Tenure in Latin America", in *Rural Sociology*, Março, 1960, pág. 27, para uma neofisiocrática apologia da produtividade da terra na agricultura.

tôres de produção. (2) Com a maioria de sua população ativa ocupada no campo, em muitos casos excedente, dados os recursos disponíveis efetivamente mobilizados; apresentando uma baixa produtividade, quer da terra, quer do homem que a trabalha; mantendo uma agricultura em grande parte de subsistência, que limita o horizonte do desempenho pessoal e o comércio; preservando formas sociais do passado, que afastam a inovação, não conferem valor social ao conhecimento e limitam a decisão às poucas alternativas de produção e de consumo, visíveis; defendendo-se com a autoridade da família envolvente, autocrática, patrocinadora de uma segurança social que os indivíduos hesitam em abandonar (3), a agricultura tradicional seria por seu natural muito reativa à mudança, muito lenta em incorporar *motu proprio* outras formas de comportamento, muito hostil àquelas inovações que se lhe pretenda impor.

Tender-se-ia a formar-se, dentro da economia subdesenvolvida, um dualismo tecnológico, econômico e social — outra verdade antológica... — constituindo-se economias híbridas, em que um setor industrial moderno se justapõe à agropecuária tradicional, reflexo da dependência colonial nuns casos, regressão para autosubsistência noutros. Em que, somente em fase adiantada da industrialização, se criam estímulos e se desenvolvem pressões bastantes para provocar mudanças estruturais no setor primário.

Há — hoje menos do que antes — uma tendência muito acentuada entre os cientistas sociais que estudam as sociedades tradicionais para subestimar as modificações que ocorrem no setor agrícola com o desenvolvimento industrial. Lentes urba-

(2) Vejam-se, por exemplo Harvey Leibenstein, *Economic Backwardness and Economic Growth*, Nova Iorque, 1957, pp. 40-41, ou Benjamin Higgins, *Economic Development: Principles, Problems and Policies*, Nova Iorque, 1959, pp. 11 a 13.

(3) Ver, a respeito, Arthur T. Mosher, "Research on Rural Problems", in *Development of the Emerging Countries: an Agenda for Research* Washington, D. C., 1963, pp. 71-119.

(4) Celso Furtado, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1961, pp. 178-193.

nas, abordagem macroscópica (quando não telescópica) concluem por uma paisagem estagnada. Em seu lugar, observador menos armado e mais próximo não raro descobre todo um processo avançado de modificações que se opera. (5) Mudanças quase sempre provocadas de fora para dentro, e que as contradições da economia dual vão acentuando.

Mobilidades social e espacial reduzidas não significam, na economia dualista sobretudo, obstáculo à mudança. Esta vai logo atingindo a fazenda, rompendo a cidade — curral, penetrando o interior. O seu veículo é a estrada, é a escola, o govêrno, o rádio, a publicidade. É hoje a televisão. É a vizinhança que muda.

Resulta uma estrutura social múltipla, instável, transformando-se muito mais rapidamente do que em geral se supõe, e apresentando uma estonteante diversidade de formas, situações, níveis de evolução, graus de exposição distintos às mais variadas influências.

Já não cabe falar em estruturas duais. Não existe mais essa bipolarização do tradicional-rural e do moderno-urbano. O que há é uma pluralidade de situações: um forte desafio à sistematização e à análise.

2.0. A agricultura no Nordeste

A observação atenta do modo como se estrutura, presente-mente, a economia rural do Nordeste do Brasil revela de início uma grande diversidade de situações, que desaconselha, como temerária, qualquer generalização.

Marcada historicamente pela monocultura canavieira — a primeira exploração agrícola de vulto que se desenvolveu na América —, comporta-se, por muito tempo, como uma economia reflexa, dependente de comandos e de estímulos exógenos: um caso de especialização agrícola tropical. A ocupação do espaço econômico nordestino, evoluindo, ora um tanto espasmódicamente, em função dos apogeus e decadências do açúcar,

(5) Veja-se, a respeito, Albert O. Hirschman, "Underdevelopment, Obstacles to the Perception of Change, and Leadership", in *Daedalus*, Verão de 1968, pp. 925 a 937.

ora mais ritmada, pela expansão bioecológica das boiadas seguindo o caminho dos rios — o São Francisco, o Parnaíba, ou os menos interiorizados do Nordeste Oriental — já nos meados do século XVIII se dá por virtualmente concluída.

Trata-se do exemplo de ocupação extensiva de grandes áreas, cada vez mais áridas, pela pecuária ou pelas atividades de subsistência determinadas pela economia da cana-de-açúcar. Ocupação excessiva, rápida, sem fronteiras definidas. As populações são insuficientes para comandar a formação de núcleos urbanos mais vigorosos; a atividade de criação extensiva, em regiões secas, determina pequena densificação econômica. Os caminhos são muito raramente percorridos. As comunicações, apenas incipientes. Nestas condições, não são raras as ocorrências de regressão do sistema para formas de atividade produtiva predominantemente de subsistência, com grande autarquia de consumo e experiências apenas esporádicas de extrapolação comercial, a partir do gado e do algodão.

A paisagem econômico-social da agricultura no Nordeste nunca foi, porém, uniforme. Nunca refletiu, no seu evoluir, as mesmas influências. Seu espaço geográfico é muito amplo. Sua exposição a influências externas, partindo de sua quase envolvente faixa litorânea, muito grande. Dêsses e de outros fatores decorre a grande diversidade das formas de cultura, dos sistemas produtivos, das combinações agropecuárias mais variadas. Resultam também graus diferentes de ocupação da terra, de densidade econômica, de integração social, de desenvolvimento das atividades de comercialização.

Modernamente, outras variáveis de grande significação passam a interferir no desenvolvimento do sistema. Este funcionou, tradicionalmente, seguindo mais a linha dos paralelos. A ocupação, por exemplo, se fez do litoral para o interior. A produção para o mercado fluiu em sentido oposto. A sua reorientação, dirigida pelos meridianos, mais acentuada a partir de segundo quarto deste século, não deixa de provocar torsões dolorosas. E, sem dúvida, das mais fundas repercussões. Corresponde a uma maior internalização, em termos nacionais, das trocas. Não mais se faz percorrendo os rios, mas pelo caminho das estradas.

Na direção norte-sul movimenta-se, com efeito, a produ-

ção, tanto a sobretudo primária decorrente do Nordeste, quanto a preponderantemente industrial proveniente do Centro-Sul. Desenvolve-se, gradualmente, um mecanismo interregional de trocas e de transferência de renda muito próximo do existente, em escala internacional, entre os países industriais e os que lhes são periféricos. Diferente significativamente pelo menos num ponto: na sua maior capacidade de comunicar progressos e induzir mudanças, dadas as continuidades geográficas, política e cultural prevalecentes.

Essa reorientação do sistema acentua-se a partir de 1950, com o desenvolvimento industrial gerado em torno de São Paulo e com a expansão rodoviária. Introduzem-se, no interior do Nordeste, novos produtos, novos hábitos; acelera-se a mobilidade; começam a surgir outras oportunidades para o uso de recursos produtivos antes imobilizados; despontam outras formas de atividade ligadas à grande abertura do sistema para a troca.

Nesta década, o esforço de extrapolação regional do desenvolvimento para o Nordeste seguiu os caminhos mais permeáveis da industrialização e do desenvolvimento de uma infraestrutura ligada às atividades do setor urbano.

O alegado esgotamento do processo de substituição de importações — muito discutível, como se pode hoje verificar — comandou uma reformulação da estratégia do desenvolvimento nacional, que durante a década dos cinquenta se esforçara para concentrar recursos sobretudo num setor e numa região. A evolução da demanda efetiva, em termos nacionais, já não seria mais determinada, de modo significativo, pelo preenchimento, com produção doméstica, dos mercados ocupados pelos produtos estrangeiros ou atrofiados pela incapacidade de importar. Deveria seguir o crescimento agora real do mercado, função da expansão demográfica e da elevação dos níveis de renda. Ora, esta expansão estava contida, a curto prazo, pelas impossibilidades de obter-se incremento substancial no nível da demanda, quer pela elevação da produtividade econômica, quer pela redistribuição de renda.

Dever-se-ia partir então para uma nova fronteira. Uma delas, a extrapolação setorial para uma modificação estrutural na agricultura, pelos conhecidos obstáculos político-institucionais, pela sua inevitável lentidão, pela margem de risco que

revela, senão desprezada, não tinha suficiente poder de atração para mobilizar recursos públicos e privados. Uma outra, a aventura de expansão para os mercados internacionais era quase inconcebível para uma indústria protegida e toda orientada para dentro. Pelo menos como caminho que surtisse efeitos imediatos.

A extrapolação regional seria essa nova fronteira. Constituiu-se, portanto, em objetivo nacional antes mesmo de ser explicitamente formulado, e se concentrou na expansão e integração, em termos do Centro-Sul, região-comando, da infra-estrutura de transportes rodoviários, na vanguarda do Centro-Oeste (a partir sobretudo de Brasília), no desenvolvimento Nordeste e na colonização da Amazônia.

A estratégia do desenvolvimento do Nordeste se definiu, então, com ênfase um tanto contraditória num caminho já percorrido pelo País como um todo, tornado suficientemente atrativo através de poderosos incentivos fiscais e financeiros: o da industrialização substitutiva de importações, agora de caráter interregional. O resto, é a história de hoje.

É discutível se o complexo industrial que atualmente se implanta no Nordeste — de par com todo o esforço de construção de uma infra-estrutura de apoio — seja o que idealmente corresponda ao perfil de sua demanda por bens industriais substituível por produção regional; que seja adequado às vantagens locais que a Região oferece, ou capaz de encontrar mercados suficientes para a colocação racional e rentável de sua produção.

Mas não há dúvidas de que os seus efeitos sobre o setor primário da economia regional estão sendo e serão tremendamente importantes.

Esta afirmação, na realidade, melhor conviria como hipótese de trabalho para o planejamento da agricultura nordestina. Se está comprovado historicamente que o processo de industrialização tende a provocar profundas modificações no setor primário de uma economia, de que modo poderá o planejamento maximizar os seus resultados desejáveis e inibir os que considere distorsivos?

Está claro que a resposta implica numa definição valorativa dos objetivos sociais do desenvolvimento, num estudo his-

tórico do modo como se processou a mudança na economia agrária do Nordeste na última década, e na definição de uma estratégia operacional atenta para o comportamento da economia, e suficientemente flexível para ajustar-se às suas modificações de tendências, à constante revisão de metas e à correção de instrumentos de ação. Deverá também apoiar-se em diagnósticos econômico-sociais de sua realidade, visando sobretudo ao estudo das mudanças nos padrões de comportamento do sistema e nos seus módulos de produção.

Na verdade, é muito provável que as modificações que se operam na agricultura do Nordeste, na época presente — sobretudo as induzidas pelas variáveis que interferem no seu desempenho — não sejam as que convêm aos objetivos sociais de sua modernização, de sua integração definitiva na economia de mercado e da elevação dos níveis de bem-estar no campo.

É certo que qualquer tentativa de interpretação do que ocorre se dificulta porque deverá ser considerada em perspectiva, e se vincula à explicação, ainda extremamente obscura e penetrada de dificuldades filosóficas, da própria mudança. Complica-se também, dadas a enorme diversidade das situações concretas e a grande extensão espacial que as mesmas ocupam.

No entanto, verifica-se que a força induzida pela industrialização não será suficiente para atingir igualmente e com a mesma intensidade as regiões mais distantes e as formas de produção mais variadas. O influxo produzido sobre o setor primário tenderia, mesmo, acentuar, no próprio setor primário, os desequilíbrios já existentes, criando uma agricultura mais capitalizada de abastecimento dos centros urbanos e de produção de matérias-primas para a indústria naquelas áreas mais beneficiadas pelas vantagens locais e pela qualidade dos recursos produtivos. Esta tendência, se comprovada, terá a vantagem de implantação, pela força induzida do desenvolvimento industrial e pela ação programada do Governo em áreas pré-selecionadas, de uma agropecuária altamente produtiva, mas poderá agravar o processo da marginalização de largos espaços do interior e daquelas regiões que apresentam problemas estruturais de difícil superação: minifúndio e excesso demográfico, por exemplo. E a não ser que se pretenda usar cons-

cientemente a força do desequilíbrio para produzir mudanças, não parece que esse encaminhamento do problema da agricultura regional oriente-se para seus objetivos de elevação dos níveis de bem-estar no campo.

Seria como que um transplante do dualismo cidade-campo para dentro do próprio setor primário, dando origem a um outro dualismo, talvez mais sério e mais difícil de vencer: o existente entre dois níveis de desenvolvimento bem distintos na própria agricultura a exemplo do que já vem ocorrendo em outras regiões em desenvolvimento.

3.0. Pesquisa e agricultura no Nordeste

Não é que não exista uma vasta literatura sobre a agricultura no Nordeste do Brasil. (6) Há uma farta bibliografia, que contempla, de maneira desigual, quase todos os aspectos da agropecuária regional. Há mesmo, sobre alguns setores — o canavieiro, o da produção de algodão, por exemplo — trabalhos exaustivos e de muito bom nível.

O de que se carece é de estudo compreensivo que permita uma visão de conjunto que vá além das séries estatísticas de produção, ou das indicações mais gerais sobre estrutura fundiária, área cultivada, "valor" do produto setorial, e outras. Análise que se preocupe com as variáveis estruturais que presidem a economia agrícola nordestina e que defina os padrões de sua evolução.

Dentro dessa perspectiva, as dificuldades são praticamente insuperáveis. De um lado, a enorme diversidade do quadro rural regional, sua grande extensão, a enorme gradação no nível de modernização. Do outro, a insegurança dos dados secundários existentes, sobretudo quando considerados por microáreas — municípios, no caso.

A primeira dessas dificuldades significa um grande custo e um grande esforço, se se quiser abranger, com alguma re-

(6) Veja-se, a esse respeito, o Suplemento Bibliográfico apresentado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como anexo da *Pesquisa Sobre o Setor Agrícola do Nordeste*, Recife, 1969.

presentatividade, todo o setor. Tem sido, na maior parte dos casos, contornada, nem sempre com muita habilidade. (7) A segunda, impossibilitado um conhecimento do universo que permita a determinação de amostra representativa (8), dá origem a procedimentos menos ortodoxos (o baseado no conhecimento de pessoas sobre a região, ou na experiência de serviços de extensão rural), que impossibilitam, posteriormente, uma generalização válida.

Além do mais, o caráter tradicional e o atraso da agricultura regional, em muitos casos, dificultam um levantamento de dados quantitativos de significação para a determinação de variáveis tais como nível de produtividade, custos de produção, grau de capitalização e outras, que envolvem maior rigor de mensuração. Isto porque há problemas de coleta de dados e de processamento que são peculiares à situações subdesenvolvidas e que pedem a formulação de uma nova abordagem para sua quantificação. (9)

Um levantamento de custos de produção agrícola em um estabelecimento rural produtor de gêneros de subsistência, por exemplo, afigura-se tarefa impossível, se for usada a técnica mais comum de preenchimento, em questionário, de informações quantitativas. A abordagem teria de ser quase antropológica, exigindo uma vivência da situação de produção por parte de técnico habilitado a, depois, colher os elementos para

(7) Veja-se, por exemplo, William H. Nicholls e Ruy Miller Paiva "Estrutura e Produtividade da Agricultura Brasileira", in *Revista Brasileira de Economia*, Ano 19, Nº 2, 1965, pp. 5 a 28. Os autores limitam-se a 99 estabelecimentos, em 8 áreas do país (Crato, Ceará e Caruaru, Pernambuco, como representantes do Nordeste).

(8) Em alguns casos extremos, em municípios que registravam grande produção local de um bem (fumo, por exemplo) não foi encontrada a cultura em qualquer escala significativa em pesquisa de campo efetuada em 1967 pela Universidade Federal de Pernambuco (citada: ver nota 6, *supra*). Verificou-se que o mesmo município apenas comercializava parte da produção de municípios vizinhos.

(9) Veja-se, sobre o assunto, Clifton R. Wharton, Jr. "Processing Underdeveloped Data From an Underdeveloped Area", in *Journal of the American Statistical Association*, Março, 1960, Vol 55, pp. 23-37.

uma avaliação de custos. A não ser que se trate de cultura que já tenha, como é o caso da cana-de-açúcar, uma estrutura de apropriação de custos desenvolvida. (10)

Conclui-se, portanto, que, com a abrangência, pode-se ganhar uma visão do conjunto de certos aspectos da agropecuária em região subdesenvolvida como é o caso do Nordeste, mas perde-se irremediavelmente, muita informação que estudos monográficos podem obter e que técnicas de produção de informações em menor escala estão aptas a produzir.

A solução deverá estar, sem dúvida, na adoção de ambas as técnicas de abordagem. A visão de conjunto é fundamental ao conhecimento do desempenho global do setor primário; mas a perspectiva do estudo de casos deverá ser-lhe o complemento imprescindível. A visualização geral deverá estar atenta aos grandes alicerces e às estruturas macrosociais, e proporcionar entendimento mais panorâmico, que permita a definição de grandes linhas de programação. A análise em profundidade deverá servir para a programação microsocial da atividade considerada.

É iniludível que ambos os estudos têm a sua pertinência e objetividade. O ideal — para efeito de programação de seu desenvolvimento — seria, no entanto, o estabelecimento de um sistema permanente de coleta de informações, gerais e específicas, que decorresse de uma definição prévia dos tipos de dados que são requeridos pela programação e de um estudo dos instrumentos de pesquisa capazes de, com menor custo e maior acuidade, acolhê-los.

O pior é que esses programas de pesquisa somente se esclarecem quando se verifica, penosamente, a inutilidade de certos caminhos já percorridos. São o resultado de um duro aprendizado, feito através de erros e de frustrações, acompanhado de inevitável desperdício de esforço e de recursos.

(10) Veja-se, a propósito, Julian Magalhães Chacel, "Pesquisa sobre Condições e Custos de Produção da Lavoura Canavieira", in *Revista Brasileira de Economia*, Ano 19, Número 4, 1965, pp. 25-54. Neste caso, o trabalho foi bastante facilitado pela existência do sistema de apropriação de custos da lavoura de cana há muito tempo introduzido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).